

AUDIN

Auditoria Interna da UFSM

Relatório de Auditoria nº 2023.004

Área:

**Auditoria Financeira integrada
com Auditoria de Conformidade**

**Santa Maria, RS
Maio/2023**

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
Auditoria Interna

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Unidade Examinada: Departamento de Contabilidade e Finanças

Missão

Agregar valor aos processos de gerenciamento de riscos, controles internos, integridade e governança da UFSM, por meio dos serviços de avaliação e consultoria baseados em risco.

Auditoria Interna Governamental

Atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização; busca auxiliar as organizações públicas a realizarem seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA AUDIN?

Trata-se Avaliar a fidedignidade das demonstrações financeiras da UFSM em relação à legislação vigente e à aderência aos princípios contábeis válidos para a estrutura de relatórios definida pela STN no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria.

POR QUE A AUDIN REALIZOU ESSE TRABALHO?

Esta ação foi incluída no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2022 Auditoria Financeira integrada com Auditoria de Conformidade, em cumprimento a IN n° 008/2017 e IN n° 005/2021 da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC).

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA AUDIN? QUAIS AS RECOMENDAÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?

Verificou-se que o Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da UFSM, por meio de contas representativas do patrimônio e das contas de compensação, a exceção da divergência entre o Saldo da Conta dos Bens Móveis e o relatório RMB.

Verificou-se que o reconhecimento e a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa foram realizados de acordo com o MCASP e a NBC TSP 12.

Verificou-se que o reconhecimento orçamentário e a elaboração do Balanço Financeiro foram realizados de acordo com a lei 4.320/1964, NBCT e o MCASP.

Verificou-se que o reconhecimento dos valores e elaboração do Balanço Orçamentário seguiu o preconizado no MCASP, NBC TSP 11 e 13 e a Lei n° 4.320/1964.

Verificou-se que o reconhecimento dos restos a pagar seguiu o preconizado no MCASP, entretanto, ocorreu o cancelamento de um montante expressivo de empenhos sem entrar na fase de liquidação. Conforme Decreto n° 93.872/86 art. 68 § 2° os restos a pagar inscritos na condição de não processados e que não forem liquidados serão bloqueados, sendo os valores que não forem desbloqueados e utilizados pela Instituição, automaticamente cancelados pela Secretaria do Tesouro Nacional até o encerramento do exercício financeiro, ou seja, 31 de dezembro.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AUDIN	Auditoria Interna
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
DFC	Demonstração dos Fluxo de Caixa
DCF	Departamento de Contabilidade e Finanças
CGU	Controladoria-Geral da União
NE	Notas Explicativas
PAINT	Plano Anual de Auditoria Interna
SA	Solicitação de Auditoria
TCU	Tribunal de Contas da União
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. Visão Geral do Objeto	9
1.1 Balanço Patrimonial – BP.....	10
1.2 Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP	10
1.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.....	10
1.4 Balanço Financeiro – BF.....	11
1.5 Balanço Orçamentário – BO	11
1.6 Notas Explicativas	11
RESULTADOS DOS EXAMES	12
2. Resultados da avaliação dos controles internos.....	12
2.1. Matriz de Riscos e Controles.....	12
2.2. Priorização dos Riscos	16
3. Resultados avaliação das Demonstrações Contábeis	18
3.1 Balanço Patrimonial	18
3.2 Balanço Orçamentário.....	29
3.3 Balanço Financeiro	31
3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais	34
3.5 Demonstrativos e Restos a Pagar.....	35
3.6 Demonstração do Fluxo de Caixa.....	38
4. Eventos Subsequentes	39
RECOMENDAÇÕES	40
CONCLUSÃO	40
ENCAMINHAMENTOS	42
MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA	43

INTRODUÇÃO

As universidades públicas brasileiras são organizações pluridisciplinares que desempenham papel decisivo no desenvolvimento e transformação social do contexto onde estão inseridas, através da entrega de ensino, pesquisa e extensão.

No contexto da UFSM, em relação ao ensino, tem-se o seguinte quantitativo de cursos, distribuídos no *campus* sede, nos *campi* de Cachoeira do Sul, Frederico Westphalen e Cachoeira do Sul, além dos polos EAD:

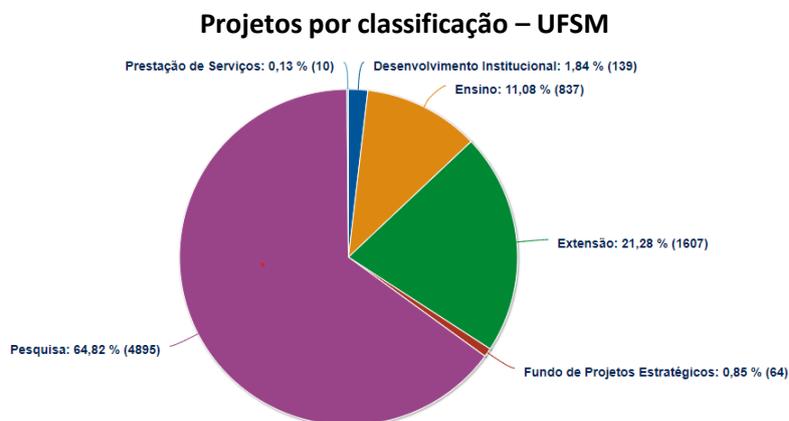
Figura 1: Cursos por nível de ensino



Fonte: SIE, em 13/03/2023

No campo da pesquisa e extensão, em relação ao quantitativo de projetos em andamento, observa-se o seguinte cenário:

Figura 2: Projetos por classificação



Fonte: SIE, em 13/03/2023

Para atender a essa demanda, além do corpo técnico-administrativo, a Universidade conta com 2.510¹ docentes em seu quadro, por meio dos quais se dá a execução direta das atividades finalísticas da organização.

Em relação à relevância do tema ora abordado pela Auditoria, a Instrução Normativa nº 8, de 06 de dezembro de 2017 coloca a relevância da auditoria financeira ou de Demonstrações Contábeis e de Conformidade ou de *Compliance*:

Financeira ou de Demonstrações Contábeis: busca a obtenção e a avaliação de evidências a respeito das demonstrações contábeis de um órgão ou de uma entidade para emitir opinião indicando se sua apresentação está adequada e de acordo com os princípios contábeis. Tem como finalidade proporcionar certeza razoável de que as demonstrações contábeis, portanto, são apresentadas em conformidade com os princípios de contabilidade válidos para aquela unidade.
Conformidade ou Compliance: visa à obtenção e à avaliação de evidências para verificar se certas atividades financeiras ou operacionais de um objeto de auditoria selecionado obedecem às condições, às regras e aos regulamentos a ele aplicáveis.

Também, a Instrução Normativa nº 5, de 27 de agosto de 2021 capítulo 4 art. 16 item III estabelece que o Parecer da Auditoria Interna deverá expressar opinião geral, sobre a adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos instituídos pela entidade para fornecer segurança razoável quanto ao processo de elaboração das informações contábeis e financeiras.

Art. 16 O parecer deve expressar opinião geral, com base nos trabalhos de auditorias individuais previstos e executados no âmbito do PAINT, sobre a adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos instituídos pela entidade para fornecer segurança razoável quanto:
I - à aderência da prestação de contas aos normativos que regem a matéria;
II - à conformidade legal dos atos administrativos;
III - ao processo de elaboração das informações contábeis e financeiras;
IV - ao atingimento dos objetivos operacionais.

Sendo assim, em atendimento à Ação nº 14 do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) de 2022, o presente relatório apresenta os resultados da avaliação realizada nas demonstrações financeiras da UFSM e, conforme os indicativos das análises, identifica oportunidades de melhorias no intento de auxiliar a Instituição no aprimoramento de seus controles internos.

Nesse sentido, essa ação foi desenvolvida no Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF), Divisão de Contabilidade, considerando tratar-se de supervisora e executora dos processos contábeis da UFSM.

Os exames foram realizados à luz da Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Públicos (NBC TSP) e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 9º edição

¹ Disponível no Portal UFSM em números: <<https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/painel.html;jsessionid=b853eefd6aa8b2942a7dd03beed3?categoria=501>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

e princípios pertinentes à matéria, especialmente os princípios da moralidade, impessoalidade, publicidade, transparência, supremacia do interesse público e motivação.

Após a análise preliminar dos riscos, o escopo da auditoria foi traçado para as seguintes atividades, conforme demonstra-se a seguir na Quadro 1:

Quadro 1 - Risco Priorizado

Risco Priorizado	Risco de Auditoria (RA)	Risco de Distorção Relevante (RDR= RI X RC)		Risco de Detecção (RA/RDR)
		Risco Inerente (RI)	Risco de Controle (RC)	
R#03 - Controles internos que fornecem as informações para contabilidade deficientes.	5%	0,50	0,60	16,66%
R#08 – Incapacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.	5%	0,50	0,40	25,00%

Fonte: Análise de Risco

Assim, conforme demonstra-se no Quadro 2, em busca de aferir as informações a serem auditadas e os mecanismos de controle praticados pela Gestão, os percentuais da amostra foram estabelecidos conforme o Manual de Auditoria Financeira e DN nº 198/2022 art. 22 do TCU.

As porcentagens podem variar entre 50% e 75% da materialidade global ou específica, apurada no planejamento, dependendo, no entanto do resultado da avaliação dos riscos da entidade. Nesse caso, quanto maior o risco mais próximo de 50%, quanto menor o risco mais próximo de 75%, ou seja, quanto maior o risco, menor o percentual (MAF/TCU, 2016, pág. 79).

Quadro 2 – Composição da Amostra

REFERENCIAL QUANTITATIVO (Informação Auditada)	Fornecedor/Beneficiário	%
Ativo Total	UFSM	0,50% - 2%
Variações patrimoniais	UFSM	0,75% - 2%
Fluxo de caixa	UFSM	0,50% - 2%
Receita arrecadada	UFSM	0,75% - 2%
Execução do orçamento de despesas (empenhadas)	UFSM	0,75% - 2%
Patrimônio	UFSM	2% - 5%
Resultado patrimonial	UFSM	2% - 5%
Resultado financeiro	UFSM	2% - 5%
Execução dos Restos a Pagar Não Processados	UFSM	2% - 5%
Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados	UFSM	2% - 5%

Fonte: DN 198/2022 TCU Art. 22.

Art. 22. Para certificação de contas tanto nas auditorias sob responsabilidade do TCU quanto nas realizadas pelos órgãos do sistema de controle interno, deve-se observar os seguintes níveis de materialidade:

I - até 2% do referencial que melhor reflita o nível de atividade financeira da UPC para fins de planejamento da auditoria de contas e para emissão de opiniões sobre a confiabilidade das demonstrações contábeis e a conformidade das transações subjacentes;

II - 50% do valor obtido no inciso I para determinação das áreas (saldos contábeis e classes de transações) que comporão o escopo do trabalho; e de 50% a 75% do mesmo valor para determinação da distorção tolerável, conforme maior ou menor, respectivamente, o risco de distorção avaliado das referidas áreas; e

III – até 5% do valor obtido no inciso I para fins de determinação do limite para acumulação de distorções ou não conformidades, conforme maior ou menor, respectivamente, o risco de distorção ou não conformidade avaliado no nível das demonstrações contábeis.

Parágrafo único. Os referenciais e os percentuais de materialidade adotados devem ser informados no certificado de auditoria.

A seguir demonstra-se a opinião sobre as demonstrações contábeis elaboradas pela divisão de contabilidade, com base nas análises dos riscos realizadas pela auditoria nos Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e os respectivos testes de controle e substantivos realizados para o exercício financeiro findo em 31 de Dezembro de 2022.

1. Visão Geral do Objeto

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) devem ser elaboradas e publicadas de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 93.872/1986, a Lei nº 10.180/2001 e a Lei Complementar nº 101/2000 e devem obedecer aos normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e plano de contas editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Esses instrumentos encontram-se em consonância às Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e têm como objetivo fornecer informações úteis e fidedignas sobre a instituição pública aos usuários e para a prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

A estrutura de relatórios contábeis e financeiros obrigatórios para a Universidade Federal de Santa Maria é composta por:

- 2.1) Balanço Patrimonial – BP;
- 2.2) Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP;
- 2.3) Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- 2.4) Balanço Financeiro – BF;
- 2.5) Balanço Orçamentário – BO e;
- 2.6) Notas Explicativas – NE.

1.1 Balanço Patrimonial – BP

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação. O BP é composto por:

Quadro principal:

Ativo - representa os recursos controlados no presente pela entidade como resultado de eventos passados, classificado como:

Ativo Circulante – quando estão disponíveis para realização imediata e/ou com a expectativa de realização até doze meses após o encerramento do exercício e;

Ativo Não Circulante – demais ativos não classificados como circulante.

Passivo - representa as obrigações no presente, derivadas de eventos passados, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade, classificado como:

Passivo Circulante – quando exigíveis em até 12 meses do encerramento do exercício e

Passivo Não Circulante – demais passivos não classificados como circulantes.

Patrimônio Líquido - representa a situação patrimonial líquida da entidade, ou seja, a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações. A situação patrimonial líquida pode ser positiva ou negativa.

Quadros anexos ao BP:

1. Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
2. Quadro de Compensações; e
3. Quadro Demonstrativo do Superávit/ Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial.

1.2 Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as variações ocorridas no patrimônio da entidade e indica o Resultado Patrimonial do exercício. O resultado é apurado pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD. A VPA representa as transações que aumentam o Patrimônio Líquido enquanto a VPD representa as transações que diminuem o Patrimônio Líquido.

1.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC possibilita a identificação de: (i) fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; (ii) itens de consumo de caixa durante o exercício contábil e (iii) saldo final do caixa na data das demonstrações contábeis. A DFC permite a análise da capacidade de geração de caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Está estruturada para demonstrar os fluxos de caixa operacional, de investimento e de financiamento.

1.4 Balanço Financeiro – BF

Demonstração que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte permitindo a apuração do resultado financeiro do exercício.

1.5 Balanço Orçamentário – BO

Compara os valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento com a finalidade de cumprir as obrigações de prestação de contas e responsabilização (accountability). O BO é composto por:

Quadro das receitas orçamentárias – permite demonstrar o excesso/insuficiência de arrecadação;

Quadro das despesas orçamentárias – permite calcular o saldo da dotação;

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados;

Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados.

1.6 Notas Explicativas

Segundo a NBCT 16.6, as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e suas informações devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Devem incluir: (i) os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis; (ii) as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e (iii) outros eventos.

Com base nas demonstrações e nas notas explicativas, para atingir o objetivo geral, o trabalho foi pautado pela busca de subsídios necessários para responder às seguintes questões de auditoria:

- 1) O Balanço Patrimonial - BP da UFSM está de acordo com as NBCT e MCASP?
- 2) A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP da UFSM está de acordo com as NBCT e MCASP?
- 3) A Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC da UFSM está de acordo com as NBCT e MCASP?
- 4) O Balanço Financeiro - BF da UFSM está de acordo com as NBCT e MCASP?
- 5) O Balanço Orçamentário - BO da UFSM está de acordo com as NBCT e MCASP?
- 6) O Anexo I - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados das Demonstrações da UFSM está de acordo com as NBCT e MCASP?

7) O Anexo II - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados da UFSM está de acordo com as NBCT e MCASP?

Para responder as questões de auditoria, foram adotados diversos procedimentos e técnicas de auditoria, em especial: amostragem, testes de controle, testes substantivos, análise documental, indagação oral e escrita.

No decurso dos trabalhos foram levantadas informações atinentes à unidade examinada e ao objeto auditado, confeccionadas as matrizes de riscos e controles e de planejamento, emitidas solicitações de auditoria, aplicadas as técnicas supramencionadas, produzida a matriz de achados e redigido o relatório preliminar.

A auditoria foi executada em conformidade com o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, que estabelece os procedimentos para a prática profissional da atividade. Os trabalhos foram desenvolvidos em período não contínuo compreendido entre 13/03/2023 a 12/05/2023, contabilizando aproximadamente 336 horas.

Por oportuno, registra-se que essa auditoria foi planejada baseada em análises dos riscos, utilizando-se de metodologia disponibilizada pela CGU.

RESULTADOS DOS EXAMES

2. Resultados da avaliação dos controles internos.

Com a finalidade de detectar os objetivos, riscos e controles da atividade objeto de avaliação, foi identificado o setor envolvido e estudado os temas que compõe as demonstrações contábeis da UFSM.

2.1. Matriz de Riscos e Controles

Em exame às etapas do sistema de informação contábil, considerando os objetivos relevantes de cada uma delas, foram identificados e avaliados os seguintes riscos e respectivos controles internos necessários para gerenciá-los, como demonstra-se no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 – Matriz de Riscos e Controles

1. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
1.1. Objetivo: Balanço Patrimonial – BP					
1.2. Risco (R#01): Registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI em desconformidade com as NBCT, MCASP e relatórios auxiliares, refletindo no BP.					
1.3. Controle Interno – Controle orçamentário, ex. despesa empenhada por unidade orçamentária. Da despesa gerenciável de acordo com as subclassificações dos planos internos da UFSM, ex.: despesa com manutenção, obras e reformas, despesa direta assistência estudantil, atualização/aquisição de equipamentos.					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	10	20	0,4	8	Baixo
2. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
2.1. Objetivo: Balanço Patrimonial – BP					
2.2. Risco (R#02) – Variações nas contas patrimoniais indicativas de erros de mensuração de registros contábeis e/ou falta de evidenciação (documentação hábil) para os lançamentos contábeis.					
2.3. Controle Interno – Informações de suporte com detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em que cada demonstração e cada rubrica é apresentada.					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	10	20	0,4	8	Baixo
3. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
3.1. Objetivo: Balanço Patrimonial – BP					
3.2. Risco (R#03) – Controles internos que fornecem as informações para contabilidade deficientes.					
3.3. Controle Interno – Controle da Despesa gerenciável empenhada, de investimento e manutenção: manutenção atividades, obras e reformas, assistência estudantil, unidades de ensino, equipamentos, projetos estratégicos, colégios, receita própria, FIPE/FIEX/FIEN, outros, CPD e projetos COVID-19.					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
5	10	50	0,6	30	Médio
4. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
4.1. Objetivo: Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP					
4.2. Risco (R#04) – Registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI em desconformidade com as NBCT, MCASP e relatórios auxiliares, refletindo no DVP.					
4.3. Controle Interno – Controle dos INVESTIMENTOS em Obras e Instalações e Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Do CUSTEIO Apoio Administrativo, Limpeza e Vigilância; Auxílio Financeiro a Estudantes; Água, Energia Elétrica e Manutenção Geral; Reformas e Materiais de Consumo. Controle Contábil dos Bens Patrimoniais através do subgrupo correspondente.					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	10	20	0,4	8	Baixo
5. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
5.1. Objetivo: Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP					
5.2. Risco (R#05) – Verificar se existe nas variações patrimoniais diminutivas e/ou aumentativas, variações relevantes e os motivos da ocorrência.					
5.3. Controle Interno – Controle Contábil VARIAÇÕES AUMENTATIVAS: Impostos, Taxas, Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos, Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Variações e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos. VARIAÇÕES DIMINUTIVAS: Pessoal e Encargos, Benefícios Previdenciários e Assistenciais, Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, Financeiras, Transferências e Delegações Concedidas, Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, Tributárias, Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados.					

Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	10	20	0,4	8	Baixo
6. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
6.1. Objetivo: Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP					
6.2. Risco (R#06) – Verificar a existência de variações patrimoniais relevantes, e possíveis causas, decorrentes das transferências financeiras relativas à execução orçamentária, e de bens e valores, referentes às transações intragovernamentais.					
6.3. Controle Interno – Controle Contábil VARIAÇÕES AUMENTATIVAS: Impostos, Taxas, Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos, Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Variações e Ganhos c/Ativos e Desincorporação de Passivos. VARIAÇÕES DIMINUTIVAS: Pessoal e Encargos, Benefícios Previdenciários e Assistenciais, Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, Financeiras, Transferências e Delegações Concedidas, Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, Tributárias, Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados.					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	10	20	0,4	8	Baixo
7. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
7.1. Objetivo: Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC					
7.2. Risco (R#07) – Registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI em desconformidade com as NBCT, MCASP e relatórios auxiliares, refletindo no DFC.					
7.3. Controle Interno – Controle das Dotações consignadas na LOA; Descentralizações de crédito provenientes de Termos de Execução Descentralizadas (TED), Controle dos fornecedores, contas a pagar e obrigações contratuais por unidade gestora.					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	10	20	0,4	8	Baixo
8. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
8.1. Objetivo: Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC					
8.2. Risco (R#08) – Incapacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.					
8.3. Controle Interno – Controle das Dotações consignadas na LOA; Descentralizações de crédito provenientes de Termos de Execução Descentralizadas (TED).					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
5	10	50	0,4	20	Médio
9. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
9.1. Objetivo: Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC					
9.2. Risco (R#09) – Pagamentos dos restos a pagar em desconformidade com o MCASP.					
9.3. Controle Interno – Controle Contábil dos Restos a Pagar Processados e Não Processados.					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	10	20	0,4	8	Baixo
10. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
10.1. Objetivo: Balanço Financeiro – BF					
10.2. Risco (R#10) – Registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI em desconformidade com as NBCT, MCASP e relatórios auxiliares, refletindo no BF.					
10.3. Controle Interno – Controle das Dotações consignadas na LOA; Descentralizações de crédito provenientes de Termos de Execução Descentralizadas (TED).					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	10	20	0,4	8	Baixo

11. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
11.1. Objetivo: Balanço Financeiro – BF					
11.2. Risco (R#11) – Restos a Pagar Não Processados não se enquadra em nenhum critério. Não é Passivo.					
11.3. Controle Interno – Controle Contábil dos Restos a Pagar Processados e Não Processados.					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	8	16	0,4	6,4	Baixo
12. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
12.1. Objetivo: Balanço Financeiro – BF					
12.2. Risco (R#12) – A receita e/ou despesa orçamentária do BF não coincide com o do BO.					
12.3. Controle Interno – Controle das Dotações consignadas na LOA; Descentralizações de crédito provenientes de Termos de Execução Descentralizadas (TED).					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	8	16	0,4	6,4	Baixo
13. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
13.1. Objetivo: Balanço Orçamentário – BO					
13.2. Risco (R#13) – Divergência entre a receita estimada e arrecadada.					
13.3. Controle Interno – Controle Orçamentário, Controle das Dotações consignadas na LOA; Descentralizações de crédito provenientes de Termos de Execução Descentralizadas (TED).					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	8	16	0,4	6,4	Baixo
14. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
14.1. Objetivo: Balanço Orçamentário – BO					
14.2. Risco (R#14) – Divergência entre a receita estimada e arrecadada.					
14.3. Controle Interno – Controle Orçamentário, Controle das Dotações consignadas na LOA; Descentralizações de crédito provenientes de Termos de Execução Descentralizadas (TED).					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	8	16	0,4	6,4	Baixo
15. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
15.1. Objetivo: Balanço Orçamentário – BO					
15.2. Risco (R#15) – A receita e/ou despesa orçamentária do BO não coincide com o do BF.					
15.3. Controle Interno – Controle Orçamentário, Controle das Dotações consignadas na LOA; Descentralizações de crédito provenientes de Termos de Execução Descentralizadas (TED).					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	8	16	0,4	6,4	Baixo
16. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
16.1. Objetivo: Anexo I - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados					
16.2. Risco (R#16) – Restos a Pagar Não Processados não se enquadra em nenhum critério.					
16.3. Controle Interno – Controle Contábil dos Restos a Pagar Não Processados.					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	10	20	0,4	8	Baixo
17. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					

17.1. Objetivo: Anexo I - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados					
17.2. Risco (R#17) – Cancelamento dos restos a pagar Não Processados liquidados, os quais não podem ser cancelados.					
17.3. Controle Interno – Controle Contábil dos Restos a Pagar Não Processados.					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	10	20	0,4	8	Baixo
18. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
18.1. Objetivo: Anexo I - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados					
18.2. Risco (R#18) – Flutuações nas Despesas Corrente e de Despesa Capital sem as devidas comprovações e/ou injustificadas.					
18.3. Controle Interno – Controle Contábil dos Restos a Pagar Não Processados.					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	8	16	0,4	6,4	Baixo
19. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
19.1. Objetivo: Anexo II - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados					
19.2. Risco (R#19) – Restos a Pagar Não Processados não se enquadra em nenhum critério.					
19.3. Controle Interno – Controle Contábil dos Restos a Pagar Processados e Não Processados.					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	10	20	0,4	8	Baixo
20. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
20.1. Objetivo: Anexo II - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados					
20.2. Risco (R#20) – Cancelamento dos restos a pagar Processados e Não Processados liquidados, os quais não podem ser cancelados.					
20.3. Controle Interno – Controle Contábil dos Restos a Pagar Processados e Não Processados.					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	10	20	0,4	8	Baixo
21. Atividade relevante: Análise das Demonstrações Contábeis					
21.1. Objetivo: Anexo II - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados					
21.2. Risco (R#21) – Flutuações nas Despesas Corrente e de Despesa Capital sem as devidas comprovações e/ou injustificadas.					
21.3. Controle Interno – Controle Contábil dos Restos a Pagar Processados e Não Processados.					
Probabilidade	Impacto	Risco Inerente	Eficácia do Controle*	Risco Residual	Descrição do Risco Residual
2	8	16	0,4	6,4	Baixo

Fonte: Matriz de Risco.

2.2. Priorização dos Riscos

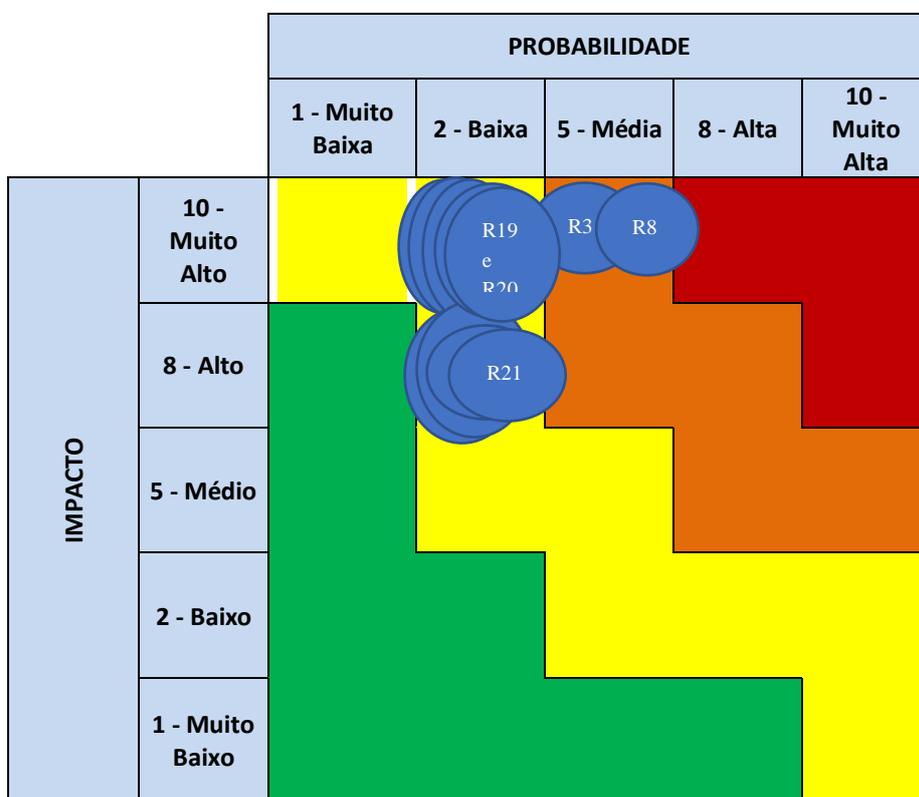
Após o conhecimento dos objetivos-chave da atividade e seus riscos, avaliados quanto à probabilidade de ocorrência e impacto, realizada à etapa de **priorização dos riscos**

associados à realização de ações. A finalidade dessa etapa é apresentar uma relação de riscos em forma de gráfico, também conhecido por **Mapa de Riscos**, apontando os riscos considerados mais críticos.

O Mapa de Riscos demonstra o grau de exposição de cada risco da atividade auditada. Apresenta a posição do cálculo da probabilidade *versus* a posição da avaliação do impacto e demonstra o resultado da avaliação do risco com base em critérios de avaliação. Respalda nos resultados demonstrados no Mapa de Riscos, a equipe de auditoria estabeleceu um planejamento com foco nas atividades com riscos mais elevados e realizou uma **Auditoria Baseada em Riscos (ABR)**.

Os riscos avaliados estão demonstrados da seguinte forma no **Mapa de Riscos Residuais**:

Figura 3: Mapa de Riscos Residuais



Fonte: Matriz de Risco.

Considerando a capacidade operacional para realização dos trabalhos, foram priorizados os seguintes **riscos residuais**:

- **R#03** – Entende-se que os controles existentes são medianos, entretanto, o atual status dos controles não elidem o aprimoramento dos mesmos, para fornecerem informações atualizadas que comporão relatórios gerenciais, fazendo parte do sistema de informações para tomada de decisões;

- **R#08** – Devido aos sucessivos bloqueios de recursos por parte do governo federal os fluxos de caixa podem estar reduzidos, dificultando a manutenção regular do financiamento do ensino, pesquisa, inovação e extensão. Também entende-se que os controles existentes são medianos, entretanto, o atual status dos controles não elidem o aprimoramento dos mesmos, para fornecerem informações atualizadas que comporão relatórios gerenciais, fazendo parte do sistema de informações para tomada de decisões.

Orientando-se pelos riscos residuais mais relevantes do Mapa de Riscos que foram priorizados, foi elaborada a Matriz de Planejamento dos trabalhos, com a definição das questões de auditoria que nortearam a aplicação dos testes de controle e substantivos.

3. Resultados avaliação das Demonstrações Contábeis

Apresenta-se, a seguir, os resultados de nossos exames sobre os principais valores das Demonstrações Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

3.1 Balanço Patrimonial

Caixa e Equivalentes de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrição para uso imediato. Na UFSM, o item Caixa e Equivalentes de Caixa representa 8,73 % do total do Ativo. Sua composição e evolução em relação a dezembro/2021 são demonstradas na Tabela 1.

Tabela 1 – Detalhamento Caixa e Equivalentes de Caixa

Conta Contábil	31/12/2021 R\$	31/12/2022 R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa	92.516.251,96	91.270.367,36
Conta Única	3.105.200,14	1.180.768,06
Limite de Saque com Vinculação de Pgto	4.686.860,97	6.274.452,66
Limite de Saque com Vinculação de Pgto - OP	84.724.190,85	83.815.146,64

Fonte: SIAFI 2021 e 2022

A contabilização de itens de Caixa e Equivalentes de Caixa (CEC) nas entidades do setor público devem observar a normatização contábil vigente, utilizando principalmente os aspectos conceituais da NBC TSP 12 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A norma citada traz a seguinte definição para Caixa e Equivalentes de Caixa:

9. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor. Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição. Os investimentos em ações de outras entidades são excluídos dos equivalentes de caixa, a menos que sejam, substancialmente, equivalentes de caixa.

Como pode-se verificar a contabilização do CEC seguiu os normativos vigentes em especial a NBC TSP 12 bem como os princípios contábeis geralmente aceitos para reconhecimento dos valores em caixa e bancos.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: compreende os valores a receber por adiantamentos concedidos a pessoal, tais como adiantamentos de 13º salário e férias, e demais valores a receber de terceiros, tais como Suprimentos de Fundos (cartão corporativo), transferências voluntárias (convênios) e demais transferências legais a entidades associativas e valores a receber decorrentes de cessão de pessoal ou infrações legais cometidas, descontado o valor do ajuste para perdas.

Na UFSM, o item representa 1,08% do total do Ativo e sua composição e evolução, em relação a dezembro/2021, são demonstradas a seguir na Tabela 2:

Tabela 2 – Detalhamento Demais Créditos e Valores a CP:

Conta Contábil	31/12/2021 R\$	31/12/2022 R\$
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	39.245.179,32	11.266.880,33
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	38.958.813,45	10.797.242,59
13 Salário – Adiantamento	5.210.020,76	23.897.879,12
Adiantamento de Férias	5.587.221,83	15.060.934,33
Adiantamento Concedido		
Cred a Receber por Cessão de Pessoal	278.069,21	278.069,21
Remuneração Recursos Aplic na CTU	3.294,76	8.296,66

Fonte: SIAFI 2021 e 2022

São adiantamentos concedidos: adiantamento de 13º salário, férias, salários e ordenados e suprimento de fundos, este último, aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei, que consiste na entrega de numerário a servidor para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do Ordenador de Despesas, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos casos e valores limites definidos em Lei.

Conforme item 18 do MCASP os adiantamentos de 13º salário e férias correspondem ao excedente das provisões acumuladas do duodécimo da folha de pagamento para as respectivas rubricas a pagar. Além disso, o servidor poderá também solicitar um adiantamento de salário, cujo valor dependerá da quantidade de dias de cada parcela,

podendo corresponder até a 70% da remuneração. Porém, na folha de pagamento do mês subsequente ao de utilização das férias, esse valor será devolvido integralmente pelo servidor.

Como pode-se verificar a contabilização dos demais créditos e valores a CP seguiu o MCASP bem como os princípios contábeis geralmente aceitos para reconhecimento dos Demais valores dos créditos.

Estoques: Na UFSM, em 31/12/2022, os bens em estoque representavam 0,67% do total do Ativo. Esse item é composto pelos materiais de consumo em almoxarifado, que representam 87,45% do total do item, e importações em andamento, como demonstra-se na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 – Detalhamento Estoques:

Conta Contábil	31/12/2021 R\$	31/12/2022 R\$
Estoques	7.572.598,76	6.118.056,11
Estoques Mercadorias para Revenda	1.810,00	-
Materiais de Consumo	6.652.647,82	6.118.056,11
Materiais de Consumo Não Localizado	25.373,36	-
Materiais de Acondicionamento e Embalagem	14.113,00	-
Material Cons-estoq interno- Para Distribuição	-	-
Importações em Andamento - Estoque	788.245,58	877.606,22
Estoques Diversos	90.409,00	-

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Conforme item 5.2.2 do MCASP o valor dos estoques deve incluir todos os custos de aquisição, os quais compreendem o preço de compra, impostos de importação e outros tributos não recuperáveis, frete, seguro, etc.

5.2.2. Custo dos Estoques

O valor de custo dos estoques deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

O custo de aquisição compreende:

- a. O preço de compra;
- b. Os impostos de importação e outros tributos não recuperáveis;
- c. Frete (transporte);
- d. Seguro;
- e. Manuseio; e
- f. Outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e suprimentos.

Como pode-se verificar a contabilização dos estoques seguiu o MCASP bem como os princípios contábeis geralmente aceitos para reconhecimento dos valores dos estoques.

Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente: Compreende os pagamentos de variações patrimoniais diminutivas antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ocorrerão no curto prazo. Na UFSM o item é composto por prêmios de seguros, assinaturas e anuidades, alugueis pagos e demais variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente.

Em 31/12/2022 as VPD's Pagas Antecipadamente representavam 0,02 % do total do Ativo.

Conforme o MCASP esse grupo constitui despesas antecipadas a apropriar, cujo fato gerador ainda não ocorreu, tais como: prêmios de seguros da frota de veículos, acesso a banco de dados de normas técnicas e bibliotecas virtuais, assinaturas de jornais e anuidades de associações, impostos e taxas municipais e direitos autorais.

Como pode-se verificar a contabilização das VPD's seguiu o MCASP bem como os princípios contábeis geralmente aceitos para reconhecimento das VPD's.

Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Na Tabela 4 a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado com relação a 2021 e 2022.

Tabela 4 – Imobilizado – Composição.

R\$ milhares

	31/12/2021	31/12/2022	AH%
Bens Móveis	230.551.133,84	225.529.489,65	
(+) Valor Bruto Contábil	353.154.587,97	367.590.243,65	4,09%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(122.603.454,13)	(142.060.454,13)	15,87%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	
Bens Imóveis	689.229.233,53	707.198.269,45	
(+) Valor Bruto Contábil	701.563.868,82	708.529.400,75	0,99%
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(12.334.635,29)	(1.331.131,30)	- 89,21%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	
Total	919.780.367,17	932.727.759,10	1,41%

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

De acordo com a Tabela, é possível verificar que houve um aumento na ordem de 1,41 % no Imobilizado em comparação a dezembro/2021.

Os bens móveis representam 24,18 % do total do Imobilizado e tem a seguinte composição, demonstrada a seguir na Tabela 5:

Tabela 5: Composição – Bens Móveis - UFSM
Bens Móveis - Composição

	31/12/2022	31/12/2021
CCon - Item (6)	R\$	R\$
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	199.385.320,99	192.506.287,51
Bens de Informática	79.576.575,14	74.959.394,32
Móveis e Utensílios	56.560.750,98	54.667.431,26
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	14.879.982,42	13.994.995,62
Veículos	12.146.553,36	11.962.138,45
Bens Móveis em Andamento	1.277.982,37	1.286.082,37
Bens Móveis em Almojarifado	-	-
Armamentos	6.662,82	6.662,82
Semoventes e Equipamentos de Montaria	-	15.180,05
Demais Bens Móveis	3.756.415,57	3.756.415,57
Depreciação / Amortização Acumulada	(142.060.754,00)	(122.603.454,13)
Total	225.529.489,65	230.551.133,84

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme o MCASP os Bens Móveis são aqueles que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. São exemplos de bens móveis as máquinas, aparelhos, equipamentos, ferramentas, bens de informática (equipamentos de processamento de dados e de tecnologia da informação), móveis e utensílios, materiais culturais, educacionais e de comunicação, veículos, bens móveis em andamento, dentre outros.

Como pode-se verificar a contabilização dos bens móveis segue o MCASP, entretanto, identificou-se que o saldo contábil dos Bens Móveis não confere com o saldo do relatório RMB do Setor de Patrimônio da UFSM.

Os bens imóveis representam 75,82 % do total do Imobilizado e são controlados pelo SPIUnet de forma integrada com o SIAFI e estão distribuídos como a seguir demonstrado na Tabela 6:

Tabela 6 : Composição – Bens Imóveis – UFSM

Bens Imóveis – Composição

	31/12/2022	31/12/2021
CCon - Item (6)	R\$	R\$
Bens de Uso Especial	1.042.064.799.449,12	1.067.532.493.775,67
Bens Dominicais	103.379.488.187,98	97.615.495.857,58
Bens de Uso Comum do Povo	331.334.856.057,60	431.720.258.539,59
Bens Imóveis em Andamento	51.544.937.779,31	51.256.098.658,02
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	843.070.589,78	712.432.623,89
Instalações	4.895.861.310,08	5.156.742.349,35
Demais Bens Imóveis	1.508.413.589,76	1.532.086.692,03
Deprec./Acum./Amort. Acumulada – Bens Imóveis	(4.132.571.305,83)	(8.524.033.744,72)
Redução ao Valor Recuperável	(15.133.158.300,34)	(15.196.857.946,67)
ATIVOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS	205.941.487.894,56	15.801.401.708,85
Total	1.722.247.185.252,02	1.647.606.118.513,59

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme o MCASP classifica-se como Bens Imóveis os Bens de Uso Especial, Bens Dominiais/Dominicais, Bens de Uso Comum do Povo, Bens Imóveis em Andamento e Demais Bens Imóveis.

Os bens imóveis classificam-se em:

- a. Bens de uso especial: compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas, como imóveis residenciais, terrenos, glebas, aquartelamento, aeroportos, açudes, fazendas, museus, hospitais, hotéis dentre outros.
- b. Bens dominiais/dominicais: compreendem os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Compreende ainda, não dispendo a lei em contrário, os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado, como apartamentos, armazéns, casas, glebas, terrenos, lojas, bens destinados a reforma agrária, dentre outros.
- c. Bens de uso comum do povo: podem ser entendidos como os de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público.
- d. Bens imóveis em andamento: compreendem os valores de bens imóveis em andamento, ainda não concluídos. Exemplos: obras em andamento, estudos e projetos (que englobem limpeza do terreno, serviços topográficos etc), benfeitoria em propriedade de terceiros, dentre outros.
- e. Demais bens imóveis: compreendem os demais bens imóveis não classificados anteriormente. Exemplo: bens imóveis locados para terceiros, imóveis em poder de terceiros, dentre outros bens.

Os bens imóveis de uso especial compreendem os bens destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal. Sua composição está demonstrada na Tabela 7 a seguir:

Tabela 7 : Composição – Bens Imóveis de Uso Especial – UFSM

Bens Imóveis de Uso Especial - Composição

Mês Lançamento	31/12/2022	31/12/2021
Conta Contábil	R\$	R\$
Fazendas, Parques e Reservas	104.433.971,37	103.862.423,67
Terrenos, Glebas	28.759.858,61	28.759.858,61
Imóveis de Uso Educacional	475.565.811,17	473.304.918,28
Edifícios	13.120.607,90	13.120.607,90
Imóveis Residenciais e Comerciais	4.582.021,10	4.792.745,64
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	54.472.485,41	53.692.358,99
Total	680.934.755,56	677.532.913,09

Fonte: Tesouro Gerencial

A UFSM emitiu portaria designando servidores para compor Comissão de Reavaliação e de Baixa Patrimonial de Bens Móveis, Portaria Nº 80.916, de 1º de setembro de 2016 e Comissão de Acompanhamento, Avaliação/Realização dos Imóveis da UFSM, registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), Portaria Nº 90.925, de 14 de setembro de 2018.

Conforme o MCASP os Bens Imóveis os Bens de Uso Especial compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas, como imóveis residenciais, terrenos, glebas, aquartelamento, aeroportos, açudes, fazendas, museus, hospitais, hotéis dentre outros.

Como pode-se verificar a contabilização dos Bens Móveis e Imóveis seguiu o MCASP, entretanto, existe uma diferença entre o saldo contábil dos Bens Móveis e o saldo do relatório RMB do Setor de Patrimônio da UFSM.

Intangível: Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). A instituição não possui ativos intangíveis gerados internamente, sendo assim não são reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos. E ainda, não possui ativos intangíveis obtidos a título gratuito.

Em 31/12/2022, a UFSM apresentou um saldo de R\$ 3.310.246,12 relacionados ao Intangível, o que representa 0,32 % do total do Ativo. Na Tabela 8 a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, com destaque para os Software com Vida Útil Definida, com o maior percentual.

Tabela 8: Composição – Intangível – UFSM

Intangível - Composição

UG Executora	Mês Lançamento	31/12/2022	31/12/2021
	Conta Contábil	R\$	R\$
	Software com Vida Útil Definida	3.332.529,75	2.930.341,67
	Software com Vida Útil Indefinida	206.354,00	206.354,00
	Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Definida	104.195,51	104.195,51
153164 - Universidade Federal de Santa Maria	Amortização Acumulada	(440.269,14)	(387.515,70)
153610 - Universidade Federal de Santa Maria - HUSM	Software com Vida Útil Definida	107.436,00	107.436,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Conforme item 12.2 do MCASP um ativo enquadra-se na condição de ativo intangível quando pode ser identificável, controlado e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como no caso de software ou no de licença ou patente.

Um ativo intangível satisfaz o critério de identificação quando:

- a. For separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- b. Resultar de compromissos obrigatórios (incluindo direitos contratuais ou outros direitos legais), independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Como pode-se verificar a contabilização do Intangível seguiu o item 12.2 do MCASP bem como os princípios contábeis geralmente aceitos para reconhecimento desses valores.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar - Curto Prazo: As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. Na UFSM, essas obrigações estão distribuídas como a seguir demonstra-se na Tabela 9:

Tabela 9 – Detalhamento Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a CP:

Conta Contábil	31/12/2021 R\$	31/12/2022 R\$
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	101.057.290,74	74.989.676,68
Salários, Remunerações e Benefícios	75.610.280,75	73.819.192,55
Decimo Terceiro Salário a Pagar	-	-
Ferias a Pagar	-	-
Precatórios de Pessoal	24.322.749,83	-
Benefícios Previdenciários a Pagar	7.188,95	-
Benefícios Assistenciais a Pagar	692.373,14	694.379,90
Contribuição a Entidades de Previd. Privada	202.535,81	205.879,39
FGTS	603,17	-
INSS-Contrib.S/Salarios e Remunera	221.559,09	270.224,84

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Conforme o MCASP compreende as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar com vencimento no curto prazo referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Como pode-se verificar o reconhecimento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar seguiu o MCASP bem como os princípios contábeis geralmente aceitos para reconhecimento desses valores.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone, aluguéis e demais contas a pagar com vencimento no curto prazo.

Em 31/12/2022, o Órgão 26247 – Universidade Federal de Santa Maria apresentou um saldo em aberto de R\$ 4.475.517,52 relacionados com fornecedores e contas a pagar de obrigações a curto prazo. A seguir, apresenta-se a Tabela 10, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 10 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	31/12/2021 R\$	31/12/2022 R\$	AH (%)
Circulante	529.145,71	671.246,71	26,85%
Nacionais	529.145,71	671.246,71	26,85%
Estrangeiros	-	-	
Não Circulante	-	-	
Nacionais	-	-	
Estrangeiros	-	-	
Total	529.145,71	671.246,71	26,85%

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

A composição dos fornecedores e contas pagar de curto prazo se refere aos fornecedores nacionais, representando 100% do total a ser pago em 31/12/2022. Na tabela 11 apresentada a seguir, relacionam-se os seis fornecedores mais significativos e o saldo em aberto ao final do quarto trimestre de 2022.

Tabela 11 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor. (R\$)

	31/12/2022	AH (%)
	326.824,20	48,68%
	176.001,72*	26,22%
	51.875,66	7,72%
	35.567,07	5,30%
	14.557,84	2,17%
	14.029,25	2,09%
Demais	52.390,97	7,80%
Total	671.246,71	100,00%

Fonte: SIAFI, 2022.

* Este saldo deverá ser baixado, tendo em vista a abertura de processo administrativo contra a empresa devido as pendências verificadas no Termo de Recebimento Definitivo da obra, objeto do Contrato 152/2014 - Construção da Fase de Acabamento do Pavilhão do LMCC-CT/UFSM.

Conforme o MCASP são contabilizados como Fornecedores e Contas a Pagar com vencimento no curto prazo, as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Como pode-se verificar a contabilização dos Fornecedores e Contas a Pagar seguiu o MCASP bem como os princípios contábeis geralmente aceitos para reconhecimento desses valores.

Demais Obrigações a Curto Prazo: são obrigações compostas por valores restituíveis tais como impostos e contribuições retidos e ainda não recolhidos; cauções, depósitos retidos de fornecedores e por outras obrigações a curto prazo, tais como indenizações, diárias, convênios a pagar e a devolver e transferências financeiras a comprovar. Sua composição está a seguir demonstrada na Tabela 12:

Tabela 12 – Detalhamento Demais Obrigações - Curto

Conta Contábil	31/12/2021 R\$	31/12/2022 R\$
Demais Obrigações a Curto Prazo	135.848.034,97	124.996.147,24
Consignações	7.469.525,13	8.523.132,28
Depósitos Judiciais	21.934,72	21.653,60
Depósitos não Judiciais	574.227,08	608.350,92
Indenizações, Restituições e Compensações	16.451,80	-
Diárias a Pagar	7.340,80	10.324,84
Precatórios de Terceiros	8.839.183,76	-
Incentivos a Educação, Cultura e Organizacionais	961.446,28	1.318.796,87
GRU – Valores em Trânsito para Estornar	-	900,00
Suprimento de Fundos	-	-
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	117.957.925,40	114.512.988,73

Fonte: Siafi, 2022 e 2021

Conforme o MCASP as Demais Obrigações com vencimento no curto prazo compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Como pode-se verificar a contabilização das Demais Obrigações a Curto Prazo seguiu o MCASP bem como os princípios contábeis geralmente aceitos para reconhecimento desses valores.

Passivo Não Circulante: Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo, qual seja, até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Em 31/12/2022 o item Passivo Não Circulante não apresentava saldo.

Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida, ou seja, representa o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. É composto pelos Resultados Acumulados que são a soma do resultado do exercício, resultados de exercícios anteriores e ajustes de exercícios anteriores, como demonstra-se a seguir na Tabela 13:

Tabela 13 - Patrimônio Líquido

Conta Contábil	31/12/2022 R\$	31/12/2021 R\$	AH (%)
Patrimônio Social e Capital Social			
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	
Reservas de Capital	-	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	
Reservas de Lucros	-	-	
Demais Reservas	82.266,71	82.266,71	
Resultados Acumulados	836.219.524,50	813.991.800,29	2,73%
Resultado do Exercício	37,087.041,06	-12.551.161,11	-395,49%
Resultados de Exercícios Anteriores	813.991.800,29	824.940.841,80	-1,33%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-14.859.316,85	1.602.119,60	-1027,48%
Total	836.301.791,21	814.074.067,00	2,73%

Fonte: Siafi, 2022 e 2021

Os Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Recebem registros tanto positivos quanto negativos que afetam diretamente o PL, sem transitar pelas contas de resultado, por se referirem a exercícios encerrados.

O valor apresentado em Ajustes de Exercícios Anteriores é composto, principalmente, por lançamentos de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), que, de acordo com o artigo 37 da Lei nº 4.320/1964, são despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las e que não tenham sido processadas na época própria, podendo ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminadas por elementos e obedecida, sempre que possível a ordem cronológica.

Já o resultado do exercício é apurado pela diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas encontradas na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Como pode-se verificar o reconhecimento dos resultados no Patrimônio Líquido seguiu o preconizado no MCASP.

3.2 Balanço Orçamentário

Receitas Correntes: Receitas Correntes são as arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas. Classificam-se como correntes as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender

despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores, nem no conceito de receita de capital (Outras Receitas Correntes). Na UFSM, as Receitas correntes estão demonstradas na Tabela 14 a seguir:

Tabela 14 - Receitas Correntes

Conta Contábil	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
Alugueis e Arrendamentos-Principal	908.388,00	1.107.489,03
Alugueis e Arrendamentos-Multas e Juros	2.388,00	102,59
Remuneração de Depósitos Bancários-Principal	409.071,00	299.267,92
Serv.Administrat.e Comerciais Gerais-Princ.	2.923.079,00	1.674.752,10
Serv.Administrat.e Comerciais Gerais-Mul.Jur.	1.260,00	380,83
Inscr.em Concursos e Proc.Seletivos-Principal	691.536,00	1.675.002,00
Outros Servicos-Principal		8.414,73
Restituição de Convênios-Primárias – Principal		845.091,39
Rest. Desp. Primárias – Exerc Anteriores – Principal		724,00
Outras Restituições-Principal	58.788,00	82.658,99
Outras Restit – Principal – Intra		759,07
TOTAL	4.994.510,00	5.694.642,65

Fonte: SIAFI, 2022

De acordo com a Tabela, as receitas correntes oriundas de “Inscrições em Concursos e Processos Seletivos”, são as que representaram maior arrecadação, ao final do 4º trimestre de 2022. Tais receitas estão associadas à taxa de inscrições de concursos e processos seletivos para provimento dos cargos de professores substitutos, professores efetivos e técnicos administrativos, entre outros processos de seleção. Com relação as receitas provenientes de “Serviços Administrativos e Comerciais Gerais”, estas estão relacionadas com ressarcimentos de projetos das fundações de apoio, multas administrativas das bibliotecas, taxas de expedição de diplomas, entre outros.

Despesas Correntes: Despesas Correntes são aquelas utilizadas para o custeio de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Estão nesta categoria as despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades.

Conforme fica evidenciado na Tabela 15, a UFSM empenhou em Despesas Correntes o montante de **R\$ 1.264.382.803,23**, até o final do 4º trimestre de 2022.

Tabela 15 – Despesas Correntes

Especificação	Dotação Atualizada 2022	Despesas Empenhadas 2022	Saldo de Dotação
Despesas Correntes	1.291.272.600,00	1.264.382.803,23	26.889.796,77
Pessoal e Encargos Sociais	1.155.041.953,00	1.129.795,532,02	25.246.420,98
Outras Despesas Correntes	136.230,647,00	134.587.271,21	1.643.375,79

Fonte: SIAFI, 2022

Como pode-se observar o reconhecimento dos valores no Patrimônio Líquido seguiu o preconizado no MCASP, NBC TSP 11 e 13. A NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização (accountability) das entidades do setor público.

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Desta forma, considerando que os entes públicos estão obrigados à publicação da lei orçamentária anual, por força de dispositivo constitucional e observada as disposições da Lei nº 4.320/1964, entende-se que o Balanço Orçamentário atende aos objetivos previstos na NBC TSP 13 e, deve, tanto quanto possível, observar o disposto naquela norma.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Como pode-se verificar o reconhecimento dos valores e elaboração do Balanço Orçamentário seguiu o preconizado no MCASP, NBC TSP 11 e 13 e a Lei nº 4.320/1964.

3.3 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e transferidos para o início do exercício seguinte.

Receitas Orçamentárias: São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Na UFSM, as receitas orçamentárias representam 0,29 % do total dos ingressos.

Transferências Financeiras Recebidas: Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extra orçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas. Na UFSM, as transferências financeiras recebidas perfazem 88,62 % dos ingressos.

Recebimentos Extra orçamentários: Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, como, por exemplo: ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; inscrição de restos a pagar. Os recebimentos extra orçamentários na UFSM, correspondem a 6,35 % do total dos ingressos.

Saldo do Exercício Anterior: Compreende os recursos financeiros disponíveis em Caixa e Equivalentes de Caixa ao final do exercício anterior e, por consequência, à disposição ao início do exercício financeiro corrente. O saldo do exercício anterior no Quadro 4, representa 4,74 % do total dos ingressos, na instituição.

Quadro 4 – Ingressos

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2022	Análise Vertical	2021	Análise Horizontal
Receitas Orçamentárias	5.694.642,65	0,29	3.055.996,06	86,34
Ordinárias	-	-	-	-
Vinculadas	5.797.238,63	0,30	3.311.718,19	75,05
Previdência Social (RPPS)	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e	5.797.238,63	0,30	3.311.718,19	75,05
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-102.595,98	-0,01	-255.722,13	-59,88
Transferências Financeiras Recebidas	1.730.674.618,10	88,62	1.733.326.437,88	-0,15
Resultantes da Execução Orçamentária	1.682.336.170,83	86,14	1.625.867.104,99	3,47
Repasso Recebido	1.482.382.840,91	75,90	1.421.835.923,64	4,26
Sub-repasso Recebido	199.953.329,92	10,24	204.031.181,35	-2,00
Independentes da Execução Orçamentária	48.338.447,27	2,48	107.459.332,89	-55,02
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	43.672.748,03	2,24	69.605.204,50	-37,26
Demais Transferências Recebidas	1.824.388,45	0,09	43.638,48	4.080,69
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.841.310,79	0,15	37.810.489,91	-92,48539
Aporte ao RPPS	-	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	124.098.084,88	6,35	143.479.161,97	-13,51
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	84.515.860,84	4,33	85.006.558,92	-0,58
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	35.943.035,63	1,84	53.160.670,30	-32,39
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.829.388,12	0,14	4.040.686,42	-29,98
Outros Recebimentos Extraorçamentários	809.800,29	0,04	1.271.246,33	-36,30
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	900,00	0,00	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	808.900,29	0,04	907.850,60	-10,90
Demais Recebimentos	-	-	363.395,73	-
Saldo do Exercício Anterior	92.516.251,96	4,74	143.699.778,55	-35,62
Caixa e Equivalentes de Caixa	92.516.251,96	4,74	143.699.778,55	-35,62
TOTAL	1.952.983.597,59		2.023.561.374,46	-3,49

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Despesas Orçamentárias: Conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. É toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada. Na instituição, as despesas orçamentárias representam 77,84 % do total dos dispêndios.

Transferências Financeiras Concedidas: Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extra orçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas. Na UFSM, 10,39 % do total dos dispêndios é referente a Transferências financeiras concedidas.

Pagamentos Extraorçamentários: Compreendem os dispêndios que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, por exemplo: a. relativos a obrigações que representaram ingressos extra orçamentárias (ex. devolução de depósitos); e b. restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício. Os pagamentos extraorçamentários correspondem a 7,09 % do total dos dispêndios na Instituição.

Saldo para o exercício seguinte: Compreende os recursos financeiros disponíveis em Caixa e Equivalentes de Caixa ao final do exercício corrente, e, por consequência, à disposição ao início do exercício financeiro seguinte. Na UFSM, o saldo para o exercício seguinte, no Quadro 5, representa 4,67 % do total dos dispêndios.

Quadro 5 – Dispêndios

ESPECIFICAÇÃO	DISPÊNDIOS			
	2022	Análise Vertical	2021	Análise Horizontal
Despesas Orçamentárias	1.520.249.261,30	77,84	1.484.073.119,58	
Ordinárias	1.038.358.517,93	53,17	974.522.165,88	6,55
Vinculadas	481.890.743,37	24,67	509.550.953,70	-5,43
Educação	19.233.552,72	0,98	11.868.230,34	62,06
Seguridade Social (Exceto Previdência)	7.160.533,43	0,37	318.835.820,72	-97,75
Previdência Social (RPPS)	450.466.914,28	23,07	170.761.370,88	163,80
Dívida Pública			236.179,71	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.029.742,94	0,26	7.849.352,05	-35,92
Transferências Financeiras Concedidas	202.954.719,59	10,39	244.343.448,41	-16,94
Resultantes da Execução Orçamentária	200.147.390,32	10,25	242.541.650,56	-17,48
Repasso Concedido	194.060,40	0,01	3.194,49	5.974,85
Sub-repasso Concedido	199.953.329,92	10,24	204.031.181,35	-2,00
Repasso Devolvido			38.507.274,72	-
Independentes da Execução Orçamentária	2.807.329,27	0,14	1.801.797,85	55,81
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	149.470,27	0,01	621.653,05	-75,96
Demais Transferências Concedidas	1.847.020,05	0,09	52.891,32	3.392,10
Movimento de Saldos Patrimoniais	810.838,95	0,04	1.127.253,48	-28,07
Aporte ao RPPS	-	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	138.509.249,34	7,09	202.628.554,51	-31,64
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	84.973.554,27	4,35	114.707.313,41	-25,92
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	50.740.430,79	2,60	83.826.620,79	-39,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.795.264,28	0,14	4.094.620,31	-31,73
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte	91.270.367,36	4,67	92.516.251,96	-1,35
Caixa e Equivalentes de Caixa	91.270.367,36	4,67	92.516.251,96	-1,35
TOTAL	1.952.983.597,59		2.023.561.374,46	-3,49

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Conforme a Lei nº 4.320/1964 Art. 103. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Ainda, conforme o MCASP O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Verificou-se o reconhecimento orçamentário e a elaboração do Balanço Financeiro foram realizados de acordo com a lei 4.320/1964 e no MCASP.

3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP apura o resultado patrimonial do período a partir do confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial.

O Resultado Patrimonial, apurado em 31/12/2022, apresenta um superávit no valor de R\$ 46.773.650,40 ao confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas (Receitas) com as Diminutivas (Despesas), conforme exposto na Tabela 16.

Este valor se refere prioritariamente a Ganhos com Desincorporação de Passivos, em função da Reclassificação de Passivos – Precatórios, pela UG 090051 - TRF 4ª Região, com base na Nota Técnica 001/2022 – Item 5.4.1.

Tabela 16 – VPA X VPD

Conta	31/12/2022	31/12/2021	AH %
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	1.863.487.780,05	1.878.869.003,30	(0,82 %)
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	1.816.714.129,65	1.878.495.922,67	(3,29 %)
Resultado Patrimonial do Período	46.773.650,40	373.080.63	12.437,14 %

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

As Variações Patrimoniais Aumentativas tiveram uma redução de 0,82 % e as Variações Patrimoniais Diminutivas, um percentual de redução equivalente a 3,29 %, com relação ao mesmo período de 2021.

Conforme o MCASP a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

Verificou-se que o reconhecimento das variações e a elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais foram realizados de acordo com o MCASP e os princípios contábeis geralmente aceitos para reconhecimento desses valores.

3.5 Demonstrativos e Restos a Pagar

Os Restos a Pagar se dividem em Restos a Pagar Não Processados - RPNP e Restos a Pagar Processados – RPP. As despesas empenhadas e não liquidadas no exercício são inscritas em Restos a Pagar Não Processados e as despesas empenhadas, liquidadas e não pagas no exercício são inscritas em Restos a Pagar Processados, como a seguir demonstra-se nos Quadros 6 e 7.

Quadro 6 – Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Não Processados (RPNP)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	5.427.683,18	30.358.877,20	28.223.615,13	28.037.023,58	3.193.443,53	4.556.093,27
Pessoal e Encargos	-	204.263,69	-	-	204.263,69	-
Juros e Encargos da	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	5.427.683,18	30.154.613,51	28.223.615,13	28.037.023,58	2.989.179,84	4.556.093,27
DESPESAS DE CAPITAL	6.681.642,55	22.801.793,10	22.790.938,55	22.703.407,21	579.337,78	6.200.690,66
Investimentos	6.681.642,55	22.801.793,10	22.790.938,55	22.703.407,21	579.337,78	6.200.690,66
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.109.325,73	53.160.670,30	51.014.553,68	50.740.430,79	3.772.781,31	10.756.783,93

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Quadro 7 – Demonstrativo da Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.291.777,49	84.994.169,41	84.955.618,27	1.547,43	1.328.781,20
Pessoal e Encargos Sociais	84.805,09	80.903.728,55	80.865.109,77	-	123.423,87
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.206.972,40	4.090.440,86	4.090.508,50	1.547,43	1.205.357,33
DESPESAS DE CAPITAL	527.136,42	17.936,00	17.936,00	-	527.136,42
Investimentos	527.136,42	17.936,00	17.936,00	-	527.136,42
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.818.913,91	85.012.105,41	84.973.554,27	1.547,43	1.855.917,62

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Conforme o MCASP item 4.7. São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distingue-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).

A continuidade dos estágios de execução dessas despesas ocorrerá no próximo exercício, devendo ser controlados em contas de natureza de informação orçamentária específicas.

Nessas contas constarão as informações de inscrição, execução (liquidação e pagamento) e cancelamento. Também, haverá tratamento específico para o encerramento, transferência e abertura de saldos entre o exercício financeiro que se encerra e o que inicia.

O item 4.7.1. da Inscrição dos Restos a Pagar, coloca que no fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar.

Ainda conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a inscrição de restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras e condições da legislação pertinente, de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, conforme estabelecido na LRF.

Assim, observa-se que, embora a LRF não aborde o mérito do que pode ou não ser inscrito em restos a pagar, veda contrair obrigação no último ano do mandato do governante sem que exista a respectiva cobertura financeira, eliminando desta forma as heranças fiscais onerosas, conforme disposto no seu art. 42:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Também o Decreto nº 93.872/86 art. 68 § 2º determina que os restos a pagar inscritos na condição de não processados e que não forem liquidados serão bloqueados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição.

Art. 68. A inscrição de despesas como restos a pagar no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho depende da observância das condições estabelecidas neste Decreto para empenho e liquidação da despesa. (Redação dada pelo Decreto nº 7.654, de 2011)

§ 2º Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e que não forem liquidados serão bloqueados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, e serão mantidos os referidos saldos em conta contábil específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi.

Verificou-se que foram cancelados restos a pagar Não Processados, ou seja, de despesas empenhadas e não liquidadas no montante de R\$ 3.772.781,31. Em resposta a SA 1427942, a divisão de contabilidade da UFSM informou que os valores que não forem desbloqueados e utilizados pela Instituição serão automaticamente cancelados pela Secretaria do Tesouro Nacional até o encerramento do exercício financeiro, ou seja, 31 de dezembro.

Podem fazer parte desse valor também saldo de empenhos do ano anterior que não podem ser utilizados durante todo o exercício, como empenho de bolsas, que são aproveitados nos meses de janeiro e fevereiro; e também o valor de R\$ 204.263,69, referente a pessoal e encargos correspondente ao saldo de empenho que, por descuido, não foi anulado dentro do exercício anterior e que não pode ser usado no ano subsequente.

Com relação a solicitação de auditoria nº 001, auditoria 1427942, informamos que o valor de cancelamento de restos a pagar obedeceu ao disposto no Decreto 93.872/86, que determina que a Secretaria do Tesouro Nacional efetivará o bloqueio em conta específica dos restos a pagar não processados até o dia 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, artº 68, & 2º. Os valores que não forem desbloqueados e utilizados pela Instituição serão automaticamente cancelados pela Secretaria do Tesouro Nacional até o encerramento do exercício financeiro, ou seja, 31 de dezembro.

Podem fazer parte desse valor também saldo de empenhos do ano anterior que não podem ser utilizados durante todo o exercício, como empenho de bolsas, que são aproveitados nos meses de janeiro e fevereiro. Também o valor de R\$ 204.263,69, referente a pessoal e encargos é saldo de empenho que, por descuido, não foi anulado dentro do exercício anterior e que não pode ser usado no ano subsequente.

Como pode-se verificar o reconhecimento dos restos a pagar seguiu o preconizado no MCASP e o Decreto nº 93.872/86 art. 68 § 2º que trata do cancelamento dos restos a pagar.

3.6 Demonstração do Fluxo de Caixa

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa: A Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa é o resultado dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Tabela 17 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Item	2022	2021	AH %
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	91.270.367,36	92.516.251,96	-1,35%
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	92.516.251,96	143.699.778,55	-35,18%
Geração Líquida de Caixa	(1.245.884,60)	(51.183.526,59)	-97,57%
Fluxo de Caixa			
- Atividades Operacionais	28.768.569,50	218.818,23	13.047,25%
- Atividades de Investimentos	(30.014.454,10)	(51.402.344,82)	-41,61%
- Atividades de Financiamento	-	-	-
Geração Líquida de Caixa	(1.245.884,60)	(51.183.526,59)	-97,57%

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

Com base no Princípio da Unidade de Caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC demonstra o resultado financeiro apurado no BF. Na UFSM, o resultado apurado apresenta um déficit de R\$ 1.245 milhões, mas comparado ao período anterior, houve uma significativa melhora, vez que este item apresentava um resultado de R\$ 51.183 milhões, também deficitário.

Verificou-se que embora exista uma redução no déficit comparado ao período anterior, existiu em 2022 indicativos de redução da capacidade de manutenção do regular dos serviços públicos, em virtude dos sucessivos bloqueios de recursos públicos por parte do Governo Federal, o que por vezes, dificultou da Instituição de cumprir com sua missão e objetivos fins de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação.

De acordo com a Tabela 17, observamos que as atividades Operacionais são responsáveis pela maior movimentação no consumo líquido de caixa devido às características das operações da UFSM. As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital distintas das destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos.

Conforme o MCASP este capítulo tem por objetivo dispor sobre o objetivo, definições e estrutura da Demonstração dos Fluxos de caixa e foi elaborado com base na NBC TSP 12. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identificará:

- a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Verificou-se que o reconhecimento e a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa foram realizados de acordo com o MCASP e a NBC TSP 12.

4. Eventos Subsequentes

O Governo Federal anunciou em 19/04/2023 a recomposição do orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior, em 20/04/2023 a UFSM recebeu um ofício, sobre o valor a ser destinado para essa instituição. Segundo o documento, o crédito suplementar para a UFSM, que será adicionada à dotação orçamentária aprovada na LOA – 2023, será como demonstra-se na Tabela 18 a seguir:

Tabela 18 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Tipo de Despesa	Recomposição 2023 R\$
Investimentos	4.976.847,00
PNAES	711.907,00
Manutenção	26.736.969,00
TOTAL	32.425.723,00

A gestão da UFSM informou que, com essa recomposição, o orçamento da instituição volta a ser o mesmo que em 2019 e que grande parte deste recurso (26 dos 32 milhões) será destinado para recompor o déficit orçamentário que estava previsto para o ano de 2023.

Neste momento podemos voltar a planejar a nossa Universidade, trabalhando sem previsão de déficit e atuando com pequenos investimentos em áreas estratégicas para nossa comunidade como, por exemplo, a assistência estudantil. Para se ter uma ideia, nós já teríamos um déficit de 11 milhões no ano de 2023 no restaurante universitário. Após o anúncio do aumento das bolsas estudantis com recursos próprios da UFSM, passamos para um déficit de 13,5 milhões na assistência estudantil. Agora, com a recomposição anunciada, podemos cobrir esse investimento e pensar em outros para nossa comunidade.

RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se o aprimoramento dos controles internos pelo setor do Patrimônio. A realização de ações visando a solução da causa da divergência entre o Saldo da Conta dos Bens Móveis e o relatório RMB, uma vez que tal divergência tem sido referenciada por repetidas vezes nos relatórios das demonstrações contábeis, sendo objeto de ressalva contábil, e de apontamentos nos pareceres e/ou relatórios da Auditoria Interna.

CONCLUSÃO

Esse relatório de auditoria contemplou análises das demonstrações contábeis da UFSM, verificou-se que as demonstrações contábeis seguiram as NBCT, MCASP e Lei nº 4.320/1964, entretanto, existe uma divergência entre o Saldo da Conta dos Bens Móveis e o Relatório RMB, o qual tem sido objeto de ressalvas e apontamentos por repetidas vezes nos relatórios das demonstrações contábeis e da Auditoria Interna.

Entende-se que os controles existentes são medianos, entretanto, o atual status dos controles não elidem o aprimoramento dos mesmos, para fornecerem informações atualizadas que comporão relatórios gerenciais, fazendo parte do sistema de informações para tomada de decisões.

Verificou-se que o reconhecimento dos restos a pagar seguiu o preconizado no MCASP, entretanto, ocorreu o cancelamento de um montante expressivo de empenhos sem entrar na fase de liquidação. Conforme Decreto nº 93.872/86 art. 68 § 2º os restos a pagar inscritos na condição de não processados e que não forem liquidados serão bloqueados, sendo os valores que não forem desbloqueados e utilizados pela Instituição, automaticamente cancelados pela Secretaria do Tesouro Nacional até o encerramento do exercício financeiro, ou seja, 31 de dezembro.

Também verificou-se que embora exista uma redução no déficit comparado ao período anterior, existiu em 2022 indicativos de redução da capacidade de manutenção do regular dos serviços públicos, o que por vezes, dificultou da Instituição de cumprir com sua missão e objetivos fins de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação.

O Governo Federal anunciou em Abril de 2023 a recomposição do orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior, e nesse mesmo mês, a UFSM recebeu um ofício, sobre o valor a ser destinado para essa instituição. Com essa recomposição, o orçamento da instituição volta a ser o mesmo que em 2019; grande parte deste recurso (26 dos 32 milhões) será destinado para recompor o déficit orçamentário que estava previsto para o ano de 2023.

Realizados os devidos exames, chegou-se as seguintes conclusões sobre as questões de auditoria:

- 1) O Balanço Patrimonial - BP da UFSM está de acordo com as NBCT e MCASP?

Verificou-se que o Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da UFSM, por meio de contas representativas do patrimônio e das contas de compensação, a exceção da divergência entre o Saldo da Conta dos Bens Móveis e o relatório RMB.

- 2) A Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC da UFSM está de acordo com as NBCT e MCASP?

Verificou-se que o reconhecimento e a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa foram realizados de acordo com o MCASP e a NBC TSP 12.

- 3) O Balanço Financeiro - BF da UFSM está de acordo com as NBCT e MCASP?

Verificou-se o reconhecimento orçamentário e a elaboração do Balanço Financeiro foram realizados de acordo com a lei 4.320/1964, NBCT e o MCASP.

- 4) O Balanço Orçamentário - BO da UFSM está de acordo com as NBCT e MCASP?

Como pode-se verificar o reconhecimento dos valores e elaboração do Balanço Orçamentário seguiu o preconizado no MCASP, NBC TSP 11 e 13 e a Lei nº 4.320/1964.

- 5) O Anexo I - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados das Demonstrações da UFSM está de acordo com as NBCT e MCASP?

Como pode-se verificar o reconhecimento dos restos a pagar seguiu o preconizado no MCASP e o Decreto nº 93.872/86 art. 68 § 2º que trata do cancelamento dos restos a pagar. Conforme o referido § 2º os restos a pagar inscritos na condição de não processados e que não forem liquidados serão bloqueados, sendo posteriormente cancelados.

- 6) O Anexo II - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados da UFSM está de acordo com as NBCT e MCASP?

Como pode-se verificar o reconhecimento dos restos a pagar seguiu o preconizado no MCASP e o Decreto nº 93.872/86 art. 68 § 2º que trata do cancelamento dos restos a pagar.

A partir dessas constatações, foram expedidas recomendações à Gestão, com a finalidade de nortear a implementação de melhorias nos controles internos do patrimônio e dos restos a pagar.

ENCAMINHAMENTOS

Relatados os achados de auditoria, encaminhe-se o presente relatório:

- Ao Departamento de Contabilidade e Finanças para ciência e manifestação quanto às constatações e recomendações preliminares.

Santa Maria – RS, 15 de maio de 2023.

PAULO CÉSAR BARBOSA ALVES
Auditor – SIAPE 1797887

De acordo,

IVAN HENRIQUE VEY
Auditor-Chefe – SIAPE 2166747

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA

ACHADO nº 1: Recomendação 1

Manifestação da Unidade Auditada

Em resposta ao apontamento do Relatório Preliminar - Auditoria 1427942 - "Divergência entre o Saldo da Conta dos Bens Móveis e o Relatório RMB", salientamos o seguinte:

A diferença refere-se as situações a seguir destacadas: No relatório do RMB ainda está considerado: Bens não localizados que se referem ao processo administrativo de xxxxxxxxxxxx; Material de Uso Duradouro, que é o caso dos livros baixados do patrimônio, e está em vias de ser solucionado; e finalmente, as importações, que são baixadas quando os processos são encerrados e encaminhados para o DCF.

Apesar dessas diferenças serem históricas, o DCF, juntamente com a Divisão de Patrimônio, estão atualizando as rotinas referentes a gestão dos bens móveis, cabendo a Divisão de Patrimônio o recebimento, tombamento e controle e ao DCF a liquidação e pagamento.

Salientamos que essas diferenças serão eliminadas integralmente no momento em que a instituição efetuar a adesão ao Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, proposto conforme a Portaria nº 232/2020 do Ministério da Economia, o qual permitirá o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos.

Diante do exposto, destacamos que, até o momento, não foi possível concluir o atendimento desta recomendação, uma vez que as unidades envolvidas ainda estão ajustando as correções que se fazem necessárias.

Análise da Auditoria

Considerando a manifestação da unidade auditada através do Memorando nº 036/2023 - DCF, que o DCF, juntamente com a Divisão de Patrimônio, estão atualizando as rotinas referentes a gestão dos bens móveis, cabendo a Divisão de Patrimônio o recebimento, tombamento e controle e ao DCF a liquidação e pagamento, e que as diferenças serão eliminadas integralmente no momento em que a instituição efetuar a adesão ao Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, proposto conforme a Portaria nº 232/2020 do Ministério da Economia, o qual permitirá o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos, e que diante do exposto, até o momento, não foi possível concluir o atendimento desta recomendação, uma vez que as unidades envolvidas ainda estão ajustando as correções que se fazem necessárias, entende-se que a recomendação ainda não foi implementada, sendo o monitoramento da mesma realizado através do sistema e-aud.

Anexo I - Balanço Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2022

PERÍODO

QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMISSION

23/01/2023

PAGINA

1

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	109.736.231,47	140.154.627,12	PASSIVO CIRCULANTE	201.794.078,06	238.571.478,85
Caixa e Equivalentes de Caixa	91.270.367,36	92.516.251,96	Obrigações Trab., Prev. e Assist. e Pagar a Curto Prazo	74.989.676,68	101.057.290,74
Créditos a Curto Prazo	11.286.890,33	39.245.179,32	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	11.286.890,33	39.245.179,32	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	671.246,71	529.145,71
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	6.995.662,33	7.572.596,76	Transferências Fiscais a Curto Prazo	1.137.007,43	1.137.007,43
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	203.321,48	820.397,98	Demais Obrigações a Curto Prazo	124.996.147,24	136.848.034,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE	936.036.005,22	922.741.178,65	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	3.436.711,47
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	3.279.471,43
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	157.240,04
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	201.794.078,06	242.008.190,32
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Demais Investimentos Permanentes	-	-	2022		
Demais Investimentos Permanentes	-	-	2021		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Imobilizado	932.727.798,10	919.780.367,17	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Bens Móveis	225.529.489,65	230.551.133,84	Reservas de Capital	-	-
Bens Móveis	367.590.243,65	353.154.587,97	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-142.060.754,00	-122.603.454,13	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Demais Reservas	82.296,71	82.296,71
Bens Imóveis	707.198.269,45	689.229.233,33	Resultados Acumulados	843.897.891,82	820.805.148,74
Bens Imóveis	708.529.400,75	701.563.888,62	Resultado do Exercício	46.773.650,40	373.090,83
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.331.131,30	-12.334.635,29	Resultados de Exercícios Anteriores	820.805.148,74	819.950.402,44
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-23.880.907,22	481.695,67
Intangível	3.310.246,12	2.960.811,48	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Softwares	3.206.050,61	2.858.615,97	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	843.980.158,63	820.887.415,45
Softwares	3.648.319,75	3.244.131,67			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-440.269,14	-387.515,70			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	104.195,51	104.195,51			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	104.195,51	104.195,51			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 23/01/2023	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
(-) Redução no Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução no Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.045.774.236,69	1.062.895.605,77	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.045.774.236,69	1.062.895.605,77

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	91.270.367,36	92.516.251,96	PASSIVO FINANCEIRO	133.690.948,94	152.675.242,43
ATIVO PERMANENTE	954.503.869,33	970.379.353,81	PASSIVO PERMANENTE	114.823.314,80	154.602.943,92
			SALDO PATRIMONIAL	797.570.072,95	755.617.419,42

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2022	2021		2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	77.287.097,11	45.799.606,70	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	664.282.291,26	473.048.400,14
Atos Potenciais Ativos	77.287.097,11	45.799.606,70	Atos Potenciais Passivos	664.282.291,26	473.048.400,14
Garantias e Contragarantias Recebidas	7.423.188,74	5.827.475,54	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Convidados e Outros Instrumentos Cong	69.870.918,97	39.979.133,78	Obrigações Convidadas e Outros Instrumentos C	5.568.943,88	5.567.750,27
Direitos Contratuais	192.991,40	192.991,40	Obrigações Contratuais	658.713.347,38	467.451.649,87
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	77.287.097,11	45.799.606,70	TOTAL	664.282.291,26	473.048.400,14

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-44.290.916,54
Recursos Vinculados	1.880.435,06
Educação	-453.511,82
Seguridade Social (Exceto Previdência)	607.306,71
Previdência Social (RPPS)	4.710,41
Dívida Pública	-58.540,73
Outros Recursos Vinculados e Fundos, Órgãos e Prog	1.780.470,59
TOTAL	-42.410.481,58

Anexo II - Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSION 23/01/2023	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	4.994.510,00	4.994.510,00	5.894.642,65	790.132,65
Recostas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Recostas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Recosta Patrimonial	1.319.847,00	1.319.847,00	1.406.859,54	87.012,54
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	910.775,00	910.775,00	1.107.591,62	196.815,62
Valores Mobiliários	409.071,00	409.071,00	299.267,92	-109.803,08
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Recostas Patrimoniais	-	-	-	-
Recosta Agropecuária	-	-	-	-
Recosta Industrial	-	-	-	-
Recostas de Serviços	3.615.675,00	3.615.675,00	3.358.549,66	-257.325,34
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.615.675,00	3.615.675,00	3.350.134,93	-265.740,07
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	8.414,73	8.414,73
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Recostas Correntes	58.788,00	58.788,00	929.233,45	870.445,45
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	58.788,00	58.788,00	929.233,45	870.445,45
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Recostas de Capital	-	-	-	-
Demais Recostas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2022

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EMISSION
23/01/2023

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.994.510,00	4.994.510,00	5.894.642,85	700.132,85
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobilidade	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobilidade	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	4.994.510,00	4.994.510,00	5.894.642,85	700.132,85
DEFICIT	-	-	1.514.554.618,65	1.514.554.618,65
TOTAL	4.994.510,00	4.994.510,00	1.520.249.261,30	1.515.254.751,30
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	3.589.406,00	-	-3.589.406,00
Supervit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Antecipação	-	5.932.857,00	-	-
Créditos Cancelados	-	-2.383.451,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.504.847.358,00	1.496.838.647,00	1.499.090.347,93	1.476.973.370,44	1.392.497.253,94	-2.251.700,93
Pessoal e Encargos Sociais	1.340.174.110,00	1.353.826.690,00	1.323.844.162,71	1.323.844.162,71	1.244.163.034,36	29.982.517,29
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	164.673.248,00	143.011.957,00	175.246.185,22	153.129.207,73	148.334.219,58	-32.234.218,22
DESPESAS DE CAPITAL	4.445.642,00	16.023.759,00	21.158.913,37	7.332.855,23	7.293.110,89	-5.135.154,37
Investimentos	4.445.642,00	16.023.759,00	21.158.913,37	7.332.855,23	7.293.110,89	-5.135.154,37
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.509.293.000,00	1.512.862.406,00	1.520.249.261,30	1.484.306.225,67	1.399.790.364,83	-7.386.855,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	1.509.293.000,00	1.512.862.406,00	1.520.249.261,30	1.484.306.225,67	1.399.790.364,83	-7.386.855,30



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2022

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EMIÇÃO
23/01/2023

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	1.809.293.000,00	1.512.862.406,00	1.520.249.261,30	1.484.306.225,67	1.399.790.364,83	-7.386.855,30

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	5.427.683,18	30.358.877,20	28.223.615,13	28.037.023,58	3.193.443,53	4.556.093,27
Pessoal e Encargos Sociais	-	294.263,69	-	-	294.263,69	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.427.683,18	30.154.613,51	28.223.615,13	28.037.023,58	2.988.179,84	4.556.093,27
DESPESAS DE CAPITAL	6.681.642,55	22.801.793,10	22.790.938,55	22.703.407,21	579.337,78	6.200.690,66
Investimentos	6.681.642,55	22.801.793,10	22.790.938,55	22.703.407,21	579.337,78	6.200.690,66
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.109.325,73	53.160.670,30	51.014.553,68	50.740.430,79	3.772.781,31	10.756.783,93

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.291.777,40	84.994.169,41	84.955.618,27	1.547,43	1.328.761,20
Pessoal e Encargos Sociais	84.805,09	80.903.728,55	80.865.109,77	-	123.423,87
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.291.972,40	4.090.440,86	4.090.508,50	1.547,43	1.205.337,33
DESPESAS DE CAPITAL	527.136,42	17.936,00	17.936,00	-	527.136,42
Investimentos	527.136,42	17.936,00	17.936,00	-	527.136,42
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.818.913,91	85.012.105,41	84.973.554,27	1.547,43	1.855.917,62

Anexo III - Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMIÇÃO 23/01/2023	PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	5.694.642,85	3.055.996,06	Despesas Orçamentárias	1.520.249.261,30	1.484.073.119,58
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.038.358.517,93	974.522.165,88
Vinculadas	5.797.238,83	3.311.718,19	Vinculadas	481.890.743,37	509.550.953,70
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	19.233.552,72	11.868.230,34
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.797.238,83	3.311.718,19	Seguridade Social (Exceto Previdência)	7.180.533,43	318.835.820,72
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-102.595,96	-255.722,13	Previdência Social (RPPS)	450.488.914,28	170.761.370,88
			Dívida Pública	-	238.179,71
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.029.742,94	7.849.352,05
Transferências Financeiras Recebidas	1.730.674.618,10	1.733.326.437,58	Transferências Financeiras Concedidas	202.954.719,59	244.343.448,41
Resultantes de Execução Orçamentária	1.682.338.170,83	1.625.967.104,99	Resultantes de Execução Orçamentária	200.147.390,32	242.541.850,58
Repasse Recebido	1.482.382.840,91	1.421.835.923,64	Repasse Concedido	194.060,40	3.194,49
Sub-repasse Recebido	199.953.529,92	204.031.181,35	Sub-repasse Concedido	199.953.529,92	204.031.181,35
Independentes de Execução Orçamentária	48.338.447,27	107.459.532,89	Repasse Devolvido	-	38.507.274,72
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	43.672.748,03	69.605.204,50	Independentes de Execução Orçamentária	2.807.326,27	1.801.797,85
Demais Transferências Recebidas	1.824.388,45	43.838,48	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	149.470,27	621.853,05
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.841.310,79	37.810.489,91	Demais Transferências Concedidas	1.847.020,05	52.891,32
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	810.838,95	1.127.253,48
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	124.096.084,88	143.479.161,97	Pagamentos Extraorçamentários	138.506.249,34	202.628.554,51
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	84.515.860,84	85.006.558,92	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	84.973.554,27	114.707.313,41
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	35.943.035,83	53.160.670,30	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	50.740.430,79	83.828.620,79
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.829.385,12	4.040.686,42	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.795.264,28	4.094.620,31
Outros Recebimentos Extraorçamentários	809.800,29	1.271.246,33	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	900,00	-			
Anexação de Outra Unidade	808.900,29	907.850,60			
Demais Recebimentos	-	363.395,73			
Saldo do Exercício Anterior	92.516.251,96	143.696.778,55	Saldo para o Exercício Seguinte	91.270.367,36	92.516.251,96
Caixa e Equivalentes de Caixa	92.516.251,96	143.696.778,55	Caixa e Equivalentes de Caixa	91.270.367,36	92.516.251,96
TOTAL	1.962.963.597,59	2.023.561.374,46	TOTAL	1.962.963.597,59	2.023.561.374,46

Anexo IV – Demonstração das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2022

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EMIÇÃO
23/01/2023

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.863.487.780,08	1.878.869.003,30
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	4.501.261,84	2.250.614,88
Venda de Mercadorias	18.904,25	4.939,30
Venda de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	4.482.357,59	2.245.675,58
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	294.749,44	398.282,78
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	483,42	1.306,89
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	294.266,02	396.975,86
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.730.678.633,74	1.735.122.391,91
Transferências Intragovernamentais	1.730.674.618,10	1.733.328.437,88
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	4.015,64	1.795.954,03
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	126.275.001,19	139.773.501,76
Reavaliação de Ativos	3.612.587,01	64.409.224,37
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	9.298.841,54	9.781.521,79
Ganhos com Desincorporação de Passivos	113.375.592,64	65.582.755,60
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.738.133,74	1.324.512,23
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações de Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2022

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

EMISSÃO
23/01/2023

PÁGINA
2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.738.133,74	1.324.312,23
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.816.714.129,85	1.878.486.922,87
Pessoal e Encargos	937.954.010,83	911.413.146,32
Remuneração a Pessoal	752.378.939,98	722.595.079,23
Encargos Patronais	158.497.185,18	180.989.095,45
Benefícios a Pessoal	27.077.884,91	27.828.971,54
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	485.886.977,30	444.893.928,29
Aposentadorias e Reformas	378.223.845,23	385.930.493,81
Pensoes	70.105.208,24	69.499.236,50
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.327.923,83	9.264.198,18
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	135.187.483,12	102.868.728,88
Uso de Material de Consumo	19.338.892,48	12.845.010,43
Serviços	95.789.275,88	74.298.773,88
Depreciação, Amortização e Exaustão	20.061.314,78	15.924.944,24
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	61.894,19	13.608,38
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	35.888,14	5.367,91
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	26.028,05	8.240,47
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	210.288.073,29	269.110.325,64
Transferências Intragovernamentais	202.954.719,59	243.999.871,51
Transferências Intergovernamentais	2.869.013,05	7.832.851,89
Transferências a Instituições Privadas	188.802,47	208.680,49
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	4.257.538,18	17.269.141,95
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	48.848.197,87	124.968.975,33
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	29.504.650,76
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	32.997.621,15	39.399.189,93
Desincorporação de Ativos	15.850.576,82	56.085.154,84



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSION 23/01/2023	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	25247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Tributárias	30.238,43	22.220,11
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	30.238,43	22.220,11
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	28.797.455,32	25.404.990,18
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações de Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	28.897.738,14	25.393.273,35
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	9.717,18	11.716,80
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	46.773.650,40	373.080,63
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2022	2021

Anexo V – Demonstrações dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2022	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	25247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - AUTARQUIA	EMISSÃO 23/01/2023	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	28.768.566,50	216.818,23
INGRESSOS	1.740.007.549,16	1.741.694.368,69
Recetta Tributária	-	-
Recetta de Contribuições	-	-
Recetta Patrimonial	1.107.591,62	832.861,96
Recetta Agropecuária	-	-
Recetta Industrial	-	-
Recetta de Serviços	3.358.549,66	1.406.560,33
Remuneração das Disponibilidades	296.267,92	396.112,14
Outras Recettas Derivadas e Originárias	929.233,46	416.461,63
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	1.734.312.906,51	1.738.638.370,63
Ingressos Extraorçamentários	2.829.366,12	4.040.696,42
Transferências Financeiras Recebidas	1.730.674.618,10	1.733.326.437,66
Arrecadação de Outra Unidade	808.900,29	907.850,60
Demais Recebimentos	-	363.395,73
DESEMBOLSOS	-1.711.238.979,66	-1.741.475.548,46
Pessoal e Demais Despesas	-1.348.996.860,84	-1.334.173.399,76
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-63.600,26	-43.000,00
Defesa Nacional	-45.919,84	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-127.344,70
Previdência Social	-482.520.331,93	-446.478.599,43
Saúde	-123.792,68	-27.872,00
Trabalho	-82.619,66	-91.415,90
Educação	-885.917.040,13	-881.876.541,85
Cultura	-	-
Direitos de Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-19.140,00	-24.744,48
Agricultura	-	-244.487,50
Organização Agrária	-	-4.922.496,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2022

PERÍODO
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - AUTARQUIA
ORÇAO SUPERIOR	28005 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
23/01/2023

PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2022	2021
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-2.100,28	-
Desporto e Lazer	-	-159.845,95
Encargos Especiais	-195.215,82	-177.501,95
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	900,00	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-158.490.134,95	-158.864.079,98
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-158.303.332,48	-158.855.419,49
Outras Transferências Concedidas	-186.802,47	-208.660,49
Outros Desembolsos Operacionais	-205.748.983,87	-248.438.068,72
Despesas Extrorçamentárias	-2.795.284,28	-4.094.820,31
Transferências Financeiras Concedidas	-202.954.719,59	-244.343.448,41
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-30.014.454,10	-51.402.344,82
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-30.014.454,10	-51.402.344,82
Aquisição de Ativo Não Circulante	-27.557.452,36	-48.557.971,96
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.457.001,74	-2.514.372,86
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-1.245.884,60	-51.183.528,59
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	92.516.251,96	143.699.778,55
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	91.270.367,36	92.516.251,96